

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /
Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 21 de julho de 2017

04 Páginas / Ano 1 / Edição nº 034



LEIS

LEI nº. 2655/2017

EMENTA: Autoriza o Ingresso do Município de Jaguaraiá, no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Caminhos do Tibagi – CAMINHOS DO TIBAGI, e nos Programas Resíduos Sólidos Convênio com o Governo do Estado do Paraná, e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a participação do Município de Jaguaraiá, no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Caminhos do Tibagi – CAMINHOS DO TIBAGI, ratificando o pedido de inclusão no referido consórcio previamente aceito pelos demais consórcios, nos termos do Protocolo de Intenções e da Lei Federal nº. 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto Regulamentador nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada oportunamente, se necessário utilizando-se de créditos adicionais, suplementares ou especiais.

Art. 3º. Fica desde já o Poder Executivo autorizado a incluir, nas propostas orçamentárias vindouras, inclusive nas relativas ao Plano Plurianual de Investimento e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, dotações suficientes para a cobertura de suas responsabilidades financeiras decorrente do disposto nesta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de julho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2656/2017

EMENTA: Dispõe sobre a doação de um veículo Fiat Ducato para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguaraiá - APAE, e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar a doação do Veículo FIAT/DUCATO MINIBUS adquirido por meio do convênio celebrado entre a União – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME e o MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ, processo este autuado sob o nº. 71001.011826/2010-12, respectivo ao Convênio nº. 742541/2010/SNAS/MDS, SINCOV nº. 040123/2010 firmado em 29/11/2010.

Parágrafo Único: A cessão do veículo disposto no caput deste artigo, bem como, a execução dos serviços assistenciais ao recurso vinculado foram autuados no Termo de Convênio nº. 07/2011 datado de 02/03/2011 entre MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARAIÁ – APAE.

Art. 2º. O automóvel, objeto da doação que trata essa Lei, possui as seguintes identificações:

I. Um automóvel MICROONIBUS FIAT/DUCATO MICROBUS, CHASSI 93W245L34B2074449, PLACA ATV-6280, ANO/MODELO 2011, COR BRANCA, de propriedade do Município de Jaguaraiá.

Art. 3º. A presente doação terá como beneficiária Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguaraiá – APAE, com Reg. C.N.A.S. 228.957/79, com endereço a Rua Florêncio Delgado, nº. 203, Centro, na cidade de Jaguaraiá – Estado do Paraná, representada por seu presidente em exercício.

Art. 4º. A Doação, é realizada por ato inter-vivos ou por sucessão legítima ou testamentária, como os demais direitos reais sobre coisas alheias, restando-se a transferência.

§1º. A doação será firmada por instrumento público ou particular.

§2º. Na Escritura Pública ou Instrumento Particular de Doação, constarão as condições necessárias a acautelar os interesses da Municipalidade, cumprindo bem e fielmente os ditames legais.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 17 de julho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2657/2017

EMENTA: Dispõe sobre o rateio das sobras de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, 60 % (sessenta por cento) com os servidores em efetivo exercício no Magistério da Educação Básica, e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a ratear o valor, em parcela única, das sobras de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, 60% (sessenta por cento), com os servidores em efetivo exercício no magistério da educação básica (Fundamental e Infantil), a título de abono, o saldo financeiro de 2015, no valor de R\$ 269.634,83 (duzentos e sessenta e nove mil seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos).

Art. 2º. Entendem-se como profissionais do Magistério da Educação os docentes, os profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, bem como os que exercem atividades de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

Art. 3º. Para efeitos de distribuição, o rateio será feito ao servidor na proporção da sua jornada de trabalho e tempo de serviço para os profissionais efetivos do magistério.

Parágrafo Único. Consideram-se profissionais em efetivo exercício aqueles em atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério, associada a sua regular vinculação contratual, estatutária ou temporária, com o Governo Municipal, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em Lei, com ônus para o Município, que não impliquem em rompimento da relação jurídica existente.

Art. 4º. A distribuição dos recursos por meio de rateio obedecerá aos seguintes critérios:

I. O valor a ser pago aos profissionais estatutários do magistério será como base o subsídio do décimo terceiro salário de 2015, para os que se encontram em efetivo exercício:

a) Os profissionais estatutários do magistério em processo de aposentadoria somente perceberão o rateio na proporcionalidade dos meses laborados, em efetivo exercício, referentes ao ano de 2015.

a) O valor a ser pago aos profissionais do magistério com vinculação temporária (educadores infantis e professores) será feita com base na folha do décimo terceiro salário, Exercício de 2015.

Art. 5º. O valor a ser repassado aos profissionais do magistério será pago em depósitos bancários distintos, na mesma conta bancária vinculada à Folha de Pagamento destes profissionais.

Art. 6º. O rateio será calculado dividindo-se o valor original pela quantidade de servidores habilitados, observando o disposto no art. 3º desta Lei.

Art. 7º. O rateio e os pagamentos tratados por esta Lei não se incorporam aos subsídios dos servidores para qualquer efeito.

Art. 8º. Fica dispensado o impacto orçamentário e financeiro a que se refere o § 5º do art. 17 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, uma vez que, para efeito de contabilização, as despesas serão computadas no orçamento em execução, não afetando as metas e resultados fiscais.

Art. 9º. Cabe aos titulares da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte – SMECE, e Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SARH, apresentar a Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN a relação de profissionais com valores individualizados a que fazem jus.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e poderá ser regulamentada mediante Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de julho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal



DECRETOS

DECRETO nº. 592/2017

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº. 08835/2017, do cargo em provimento efetivo de **PROFESSOR**, nomeada que fora através do Decreto nº. 258/20150, a Senhora **ALDIVANE APARECIDA DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 12.478.001-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 081.190.359-17.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 12 de julho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

ALCIONE LEMOS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

DECRETO nº. 593/2017

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, do cargo em provimento comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA - SEMUS**, nomeado que fora através do Decreto nº. 555/2017, o Senhor **CARLOS EDUARDO PEREIRA**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 9.899.243-0 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 058.811.409-07.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 12 de julho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretaria Municipal de Saúde

DECRETO nº. 594/2017

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 68, § 1º da Lei Municipal nº. 2155/2010, e considerando o Protocolo sob nº. 08408/2017, abrangendo com Adicional de Insalubridade conforme PPRA e PCMSO, Laudado por Função e Cargo pela Chefe de Divisão de Segurança do Trabalho, Sra. Adriana Aparecida Machado, MTB PR/0011506 e corroborado pelo Médico do Trabalho, Doutor Samuel Stallschmidt, CRM/PR 25332,

RESOLVE

Artigo 1º. **CONCEDER** Adicional de Insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional às servidoras com cargo em provimento efetivo, abaixo nominadas:

Matr.	Servidor	Cargo
5455	LIDIANE MARIA DA SILVA	ENFERMEIRA 40 HORAS
5457	JUSSI MARI DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5456	ELIS SANTOS DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 12 de julho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DECRETO nº. 595/2017

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Protocolo Geral sob nº. 06146/2017 da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS,

RESOLVE

Artigo 1º. **REVOGAR** a concessão de **Função Gratificada**, no percentual de 40% (quarenta por cento) à servidora com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, Senhora **JULIANA DE ALMEIDA LANGNER**, concedida através do Decreto nº. 505/2017, datado de 22 de maio de 2017.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 12 de julho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretaria Municipal de Saúde